

A GUERRA GRANDE E A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO (1839-1852)

THE "GUERRA GRANDE" AND THE PROVINCE OF SÃO PEDRO (1839-1852)

Talita Alves de Messias¹

RESUMO

A Guerra Grande (1839-1852) foi um conflito internacional que fez parte do processo de construção dos Estados da região da Bacia Platina. Iniciada no Uruguai, essa guerra foi decisiva na configuração das forças regionais, inclusive na Província brasileira de São Pedro. Esta pesquisa historiográfica visa discutir como quatro aspectos relacionados a essa guerra (a Revolta Farroupilha, as Califórnia, os Brummer, e os Tratados de 12 de outubro de 1851) são fundamentais para compreender esse complexo conflito platino e sua repercussão na Província de São Pedro, e conseqüentemente, no Império do Brasil.

Palavras-chave: Guerra Grande. Conflitos Platinos. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The Guerra Grande (1839-1852) was an international conflict that was part of the process of building the River Plate basin region's countries. Initiated in Uruguay, this war was decisive in the configuration of regional forces, including those of the Brazilian province of San Pedro (now known as Rio Grande do Sul). This historiographical research aims to discuss how four aspects related to this war (the Farroupilha, the Californias, the Brummer and the Treaties of 12 October 1851) are fundamental to understand this complex regional conflict and its repercussions in the province of São Pedro, and consequently, in the Imperial Brazil.

Keywords: Guerra Grande. Platine Wars. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A Guerra Grande foi um conflito ocorrido entre 1839 e 1852, iniciada no Estado Oriental do Uruguai, e que teve o envolvimento do Império do Brasil, Confederação Argentina, Paraguai, França e Inglaterra. A Guerra teve início a partir da rivalidade entre os dois partidos políticos uruguaios: *Colorados*, liderados por Fructuoso Rivera, e *Blancos*, representados naquele momento por Manuel Oribe. O que era um conflito interno entre dois partidos políticos uruguaios, mostrou-se uma guerra internacional que só

¹ Doutoranda em História pela UNISINOS, Mestra em Economia Política Internacional pela UFRJ e Bacharela em Economia pela UNESC, com especialização em História do Rio Grande do Sul pela UNISINOS.

terminou com a queda de Rosas em 1852. Na fluidez da fronteira uruguaia com o Império do Brasil, a rivalidade entre *colorados* e *blancos* encontrou a rivalidade entre farroupilhas e imperiais, assim como relacionaram-se aos rivais *unitarios* e *federales* na Confederação Argentina.

Este artigo tem como objetivo articular algumas das conexões que ligaram a Guerra Grande com a Província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul, de modo a colaborar com o entendimento sobre o porquê a fluidez dessa fronteira ser tão importante para os estudos acerca das intervenções e interesses do Império do Brasil na região da Bacia do Prata. Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, iniciando com a busca nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em História do Rio Grande do Sul, trabalhos que citassem a Guerra Grande. Desta forma, pôde-se perceber que tal conflito aparece nesses trabalhos relacionados principalmente a quatro temas comuns na historiografia gaúcha: primeiro, o envolvimento dos farroupilhas com caudilhos uruguaio, que tornavam urgentes e delicadas as ações do governo do Império do Brasil na região (BANDEIRA, 2012). Segundo, as “califórnicas de Chico Pedro”, que foram incursões armadas do poder privado gaúcho no território uruguaio, lideradas pelo Barão de Jacuí, com vistas à prear gado e recapturar escravos fugidos (FRANCO, 2006). Depois os *Brummer*, mercenários alemães contratados pelo Império para lutar na Guerra contra Rosas. E por último, os Tratados de 12 de outubro 1851, que trouxeram vantagens aos estancieiros e charqueadores sul-rio-grandenses.

Selecionados os quatro temas, buscou-se na historiografia as repercussões da Guerra Grande na Província de São Pedro, atual Estado do Rio Grande do Sul, de modo a compreender parte do papel da complexidade dessa fronteira na formação dos Estados Nacionais da região platina. Para tanto, este trabalho inicia, após esta introdução, com um tópico sobre a longa duração dos conflitos na região da Bacia do Rio da Prata, que remonta ao período colonial. Apesar de a Guerra Grande ocorrer na América do Sul independente, parte-se do pressuposto de que a região platina é um espaço resultante de um processo histórico, que sendo “efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe” (LEFEBVRE, 1974, *apud* SANTOS, 2004, p. 189), de modo que a compreensão das complexas alianças da Guerra Grande passa pela assimilação dessa dinâmica histórica regional. Em seguida, será apresentado um tópico do trabalho para cada tema elencado: a Farroupilha, as califórnicas, os *Brummer* e os Tratados de 1851.

1 A longa duração dos conflitos platinos

A Bacia do Rio da Prata abrange os atuais territórios do Brasil, Uru-

guai, Bolívia, Paraguai e Argentina, interligando o interior dessa região da América do Sul com o Oceano Atlântico. No início da colonização europeia, a importância estratégica desta Bacia estava relacionada principalmente ao fato de que grande parte da prata extraída em Potosí era escoada para o oceano através de seus rios. Vindo pelo Alto Peru até Buenos Aires, os portugueses usavam a saída para exportar a prata contrabandeada para a Europa, Brasil e África, até o início do século XVII, desafiando a soberania espanhola na região. Com o tempo, as carnes salgadas e o couro, assim como a erva-mate e o trigo que passaram a ser produzidos na região, foram substituindo o interesse pelos metais preciosos. Portugal, para garantir seu acesso ao mercado platino e ao interior do continente, e ainda manter conexão com Potosí, fundou a Colônia do Sacramento em 1680; enquanto para a Espanha, a defesa da região representava a sobrevivência de seu sistema colonial (BANDEIRA, 2012). O conflito entre as duas metrópoles ibéricas pelo controle da região do Prata permeou todo o período colonial, sendo também a região que mais despertava interesses ingleses dentre toda a América do Sul.

No início do século XIX, o território do Rio Grande de São Pedro ainda estava pouco ocupado por europeus, e também por isso Portugal ainda não tinha assegurado sua posse de forma concreta (PICCOLO, 1991). A capitania foi desanexada do governo do Rio de Janeiro em 1807 e elevada à categoria de capitania-geral, no intuito de “garantir um melhor aproveitamento econômico da capitania de São Pedro e acelerar sua efetiva integração na América lusa [...]” (PICCOLO, 1991, p. 9). A partir de então, passaria a se chamar Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Com as Guerras Napoleônicas, a transferência da corte portuguesa ao Brasil e o início dos conflitos independentistas na América do Sul, a dinâmica da disputa de poder na região foi se alterando. A sublevação de José Gervasio Artigas na Banda Oriental parecia uma ameaça à ordem em São Pedro, de forma que D. João VI ordenou a ocupação daquele território em junho de 1811, enviando o “exército pacificador da Banda Oriental” com 50 navios ao Rio da Prata. Tanto a questão política quanto a econômica determinavam a ação portuguesa:

A necessidade de arrebanhar muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram, naturalmente, para a invasão. Mas foi sobretudo o fator político que a precipitou. O príncipe D. João, cujas tropas já haviam chegado ao Paraguai para combater as de Manuel Belgrano, receava que Montevidéu caísse em mãos de Artigas e dos contingentes de Buenos Aires, aumentando

o perigo de que a “anarquia revolucionária” contaminasse o Brasil (BANDEIRA, 2012, p. 80).

Os ingleses interferiram no conflito, e os portugueses declararam armistício, saindo da Banda Oriental. Com isso, Artigas conseguiu expulsar os espanhóis em 1814, e posteriormente venceu as Províncias Unidas, intitulado-se chefe dos Orientais (SOARES, 1955). A “Liga dos Povos Livres” ou “Liga Federal”, liderada por Artigas, tinha propostas republicanas e populares, que incluíam medidas como reforma agrária e abolição da escravidão, e se opunha à hegemonia de Buenos Aires sobre as Províncias Unidas. Em uma segunda tentativa de derrotar Artigas, D. João VI decidiu enviar novamente tropas em agosto de 1816, dessa vez vitoriosa. A “Divisão de Voluntários Reais”, composta por 4.830 homens e comandada por Carlos Federico Lecor, fez incursões também nas províncias de Corrientes e Entre Ríos derrotando as forças artiguistas e ocupando Montevidéu em janeiro de 1817 (BANDEIRA, 2012).

Essa ocupação garantia a produção pecuária para os estancieros rio-grandenses. Foi um período de “intensa e extensa apropriação de terras e gado”, assim como de formação de um significativo comércio entre a Cisplatina e São Pedro (PICCOLO, 2000). Além disso, e ainda mais importante, a posse do porto de Montevidéu pelo então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, permitia não apenas o acesso mais estratégico para garantir a segurança do interior do território brasileiro, nas regiões de Mato Grosso e Goiás, como permitia anexar toda a Banda Oriental, o que ocorreu finalmente em 1821. Mas a região era muito disputada, e Buenos Aires nunca aceitou a anexação da Banda Oriental ao Império. Martín Rodríguez, na direção do governo de Buenos Aires em abril de 1825, decidiu apoiar a invasão da Banda Oriental pelos “trinta e três orientais” liderados por Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe, que buscavam expulsar os luso-brasileiros da província. O transplante da estrutura neocolonial do Brasil para a Banda Oriental estava exaurindo a economia local, e a solução para Lavalleja e Oribe era conquistar a independência do território (BANDEIRA, 2012).

Vários fazendeiros e comerciantes de Buenos Aires, como Juan Manuel de Rosas, Tomás e Nicolás Anchorena, apoiaram e financiaram a campanha oriental. Já os rio-grandenses, lutaram na guerra para defender suas propriedades além da fronteira. Em outubro de 1825, as Províncias Unidas declararam a reintegração da Banda Oriental a seu território, e nesse contexto comercial, econômico e geopolítico, o Império declarou guerra às Províncias Unidas, em dezembro daquele mesmo ano. Com o tempo e a dificuldade de se chegar a um acordo entre as Províncias Unidas e o Império, a Inglaterra novamente entrou em cena, buscando garantir o livre

comércio e um irrestrito acesso aos rios, entrepostos comerciais e pontos de abastecimento da Bacia. Assim foi assinada a Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828, criando o Uruguai enquanto Estado-tampão, viabilizando-o como um ponto de apoio regional para a política marítima inglesa ao garantir o acesso ao Rio da Prata, e evitando um desequilíbrio entre Buenos Aires e Brasil, ou uma eventual união entre os dois (PADRÓS, 1996).

Para Bandeira (2012, p. 107), “a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas refletiu, basicamente, uma disputa pelos estoques de gado da Banda Oriental”, a matéria-prima de que necessitavam os saladeiros do Rio Grande e Buenos Aires. Já na visão de Helga Piccolo (2000, p. 132), o conflito “revelou a importância política da fronteira, que se afirma como espaço de refúgio onde se aliciava gente, se levantava recursos (especialmente gado) com ou sem a conivência de autoridades constituídas”. Nesse sentido, essa fronteira entre a Província de São Pedro e o Uruguai demonstrava não apenas uma oposição, que se torna mais clara com a independência daquele país, como uma continuidade, construída pelos anos de avanço luso-brasileiro sobre aquele território. Além disso, não tendo sido essa fronteira definida geográfica e politicamente na criação do Estado-tampão, ela ficava ainda mais fluida.

O espaço platino possui, como todo espaço, uma “inércia dinâmica”, ou seja, ao mesmo tempo em que reproduz a estrutura global que lhe originou (da qual fazem parte esses conflitos coloniais que foram sintetizados até aqui), se impõe como uma mediação indispensável aos processos sociais que vierem posteriormente, às vezes alterando o objetivo inicial ou lhe conferindo uma orientação particular (SANTOS, 2004, p. 186). Ou seja, a partir desses conflitos coloniais podemos compreender parte desse contexto em que se desenrolaram os conflitos do período pós-independência, inclusive a Guerra Grande.

2 A guerra grande e a Província de São Pedro

A disputa pelo controle territorial, pelas terras férteis e gado, e pelas rendas derivadas do comércio nos Rios da Bacia do Prata, também foram a base das tensões que levaram à guerra que acabou com o governo de Juan Manuel de Rosas na Confederação Argentina. Reconhecendo a complexidade das circunstâncias, a multiplicidade dos atores e o caráter inconstante de suas alianças, é possível identificar a direção geral do conflito uma vez que se reconhece que não estavam definidas as respectivas unidades territoriais que iriam compor os futuros Estados-nação da região. A Confederação Argentina tinha fortes divergências entre o interior e Buenos Aires,

e a liderança de Rosas naquele país ameaçava inclusive a independência uruguaia. No Uruguai, as fronteiras com o Brasil ainda nem haviam sido definidas, enquanto no Brasil o Império lutava contra a separação da Província de São Pedro na Guerra dos Farrapos (MESSIAS, 2015).

A Guerra Grande começou com uma disputa dos partidos políticos uruguaios pelo controle do Estado, que se originou de seu próprio processo de independência. Após a Guerra da Cisplatina, que culminou na criação do Estado Oriental do Uruguai, esse país só se constituiu como República em 1830, quando promulgou sua primeira constituição e elegeu seu primeiro presidente, Fructuoso Rivera. Esse foi um contraditório personagem da história política platina: durante a sublevação artiguista, lutou ao lado de Artigas, abandonando-o depois para combatê-lo junto aos luso-brasileiros; na Guerra Cisplatina, lutou ao lado do Império na anexação daquele território, chegando a ser promovido ao posto de Brigadeiro General pelo comandante Lecor, e depois passou a guerrear em prol da independência uruguaia com Juan Antonio Lavalleja (GUAZZELLI, 2013).

A aliança entre Rivera e Lavalleja foi conturbada, de modo a se tornarem rivais nas primeiras eleições presidenciais. Do conflito entre os dois caudilhos, surgiram dois partidos adversários: *Colorados* e *Blancos*, tendo o primeiro vencido a eleição com a candidatura de Rivera. Terminado o mandato em 1835, Rivera indicou Manuel Oribe para assumir o cargo. Mas Lavalleja subleveu-se, com o apoio, por um lado, do brasileiro Bento Gonçalves, e, por outro, do argentino Juan Manuel de Rosas. Manuel Oribe, que havia sido inclusive ministro no governo *colorado*, trocou de lado e passou a apoiar Lavalleja, Bento Gonçalves e Rosas. Dessa forma, iniciaram uma perseguição ao ex-presidente Rivera, que passou a organizar um levante contra o governo *blanco*. A rivalidade entre os dois grupos derivou na Batalha de Carpintería em 1836, vencida pelos *blancos*, mantendo Oribe no poder.

Em 1838, ocorreu mais uma batalha entre *blancos* e *colorados*, e dessa vez quem venceu foi Rivera, que teve inclusive apoio da França por querer derrubar Juan Manuel de Rosas do Governo de Buenos Aires. Com isso, Manuel Oribe renunciou ao governo em Montevidéu e partiu para o exílio na capital da Confederação Argentina. Lá foi recebido por Rosas como presidente legítimo do Uruguai, o que gerou a declaração de guerra a Rosas pelo governo *colorado* em Montevidéu, em 10 de fevereiro de 1839. O caráter local que essa guerra parece ter tido no início, logo foi superado e até mesmo desviado para outros problemas da região platina, se apresentando como “*un gran drama íntimamente ligado a la configuración de las nacionalidades de la cuenca del Río de la Plata*” (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 8).

O processo pelo qual o Uruguai passava era muito parecido ao que se encontravam a Confederação Argentina e a Província de São Pedro na Guerra dos Farrapos, em que os grupos políticos se seccionavam, tendo o federalismo como pano de fundo para as sublevações que ocorriam decorrentes do próprio processo de formação dos Estados platinos. Esse contexto platino e essa proximidade de processos levaram à articulação de interesses e alianças que ultrapassava as fluidas e indefinidas fronteiras dessa região. As facções contrárias em cada país sul-americano envolvido tinham interesses convergentes com as facções dos países vizinhos, assim como as relações pessoais, econômicas e políticas extrapolavam as fronteiras, de modo a formar um complexo emaranhado de frouxas alianças, das quais Juan Manuel de Rosas acabou por se tornar o personagem principal.

Rosas adquiriu tal protagonismo na Guerra Grande porque disputava o controle sobre o estuário platino. Ao não reconhecer a independência do Paraguai e intervir na política uruguaia, visava assegurar o domínio do porto de Buenos Aires no trânsito de mercadorias na Bacia, sobretudo monopolizando o Rio Paraná. Por isso era um problema aos demais países platinos, assim como para Inglaterra e França. Era um projeto inconcebível para esses países que tinham nos rios da Bacia importantes rotas de comércio. Para o Paraguai, era sua saída para o oceano, e para o Império do Brasil era inclusive uma ameaça à integridade de seu território. Para os sul-riograndenses, era a garantia de suas propriedades e do domínio da produção pecuária que estava em risco com o projeto de Rosas.

Na Confederação Argentina, os *unitarios* formavam a oposição ao Governador de Buenos Aires, e eram considerados uma ameaça em seu governo. Assim, muitos unitários se exilaram no Uruguai, utilizando esse território como plataforma para operações em seu país de origem, e também se envolvendo e participando da Guerra Grande. Por sua vez, as províncias argentinas margeadas pelos rios da Bacia, mesmo dirigidas por líderes *federales*, questionavam o monopólio do porto exercido por Buenos Aires, sua apropriação excludente das rendas do comércio e o bloqueio aos rios da Bacia. Esse era o caso, em especial, da província de Entre Rios e seu líder Justo José de Urquiza. Então havia ainda a divisão entre *federales* de Buenos Aires e *federales* do “litoral”, este considerado como as províncias banhadas pelos rios Paraná e Uruguai (Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé) (GUAZZELLI, 2013).

Quanto aos países europeus, preocupavam-se inicialmente em derrotar Rosas para não perderem o acesso à Bacia. A França já havia bloqueado o porto de Buenos Aires entre 1838 e 1839, e apesar de conseguir com isso a derrota de Oribe no Uruguai, acabou por fortalecer Rosas politicamente,

já que assim a culpa do bloqueio parecia recair sobre os *unitarios*. Em 1840 a França tentou outro bloqueio, sem sucesso, e após Rosas bloquear o porto de Montevideú, os ingleses se aliaram aos franceses. Assim o caudilho argentino teve de buscar apoio no Império do Brasil contra os europeus, e para isso usou o argumento de que o grande risco da região no momento seria a união do Uruguai com a Província de São Pedro, Corrientes e Entre Rios em um novo país liderado por Rivera. Mas naquele momento, mesmo que todos esses acontecimentos internacionais no Prata estivessem ameaçando sua fronteira, as ações imperiais eram limitadas, já que o Império ainda estava lutando pelo fim da República Rio-Grandense declarada pelos farrapos e pela reintegração de seu território, conforme será visto no tópico seguinte.

2.1 A Guerra Grande em meio à Revolta Farroupilha

No início da Guerra Grande, o Império do Brasil ainda não podia se envolver diretamente no conflito devido a sua própria instabilidade política e econômica durante o período regencial, que tem como um de seus marcos o Ato Adicional de 1834 que dava maior poder aos presidentes provinciais e colocava em conflito as oligarquias regionais do país. Várias revoltas regionais ocorreram no Brasil nesse período, e a mais longa delas ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande, a Guerra dos Farrapos. Tendo por motivações questões políticas e econômicas, esse conflito brasileiro parece ter sido mais uma variável do processo de formação dos Estados nacionais na região platina (PADOIN, 2006).

O conflito demandaria intenso esforço imperial de pacificação para garantia de sua fronteira, ainda que a estrutura das relações econômicas e sociais que tinham origem no período colonial não tenham sido transformadas. Muitos dos pertencentes à elite rio-grandense estiveram na luta pela defesa do Império, de modo que coexistiram dois governos na província: o imperial e o republicano (PADOIN, 2006). Além da divisão entre farrapos e imperiais, os próprios rebeldes não eram um grupo coeso, se dividindo entre “grupo da maioria”, com mais influências do liberalismo, e “grupo da minoria”, mais voltados ao reformismo. Havia ainda os abolicionistas, e os não-abolicionistas, os separatistas, e os não separatistas.... Eram grupos de interesses movidos pelas relações produtivas, comerciais e mesmo ideológicas e pessoais.

Nessa sociedade fronteiriça, os donos de terras eram também os chefes militares, semelhante aos caudilhos argentinos e uruguaios. Esses militares que passaram anos defendendo as fronteiras ao sul do Brasil foram bastante privilegiados com a incorporação da Província Cisplatina, e

mantiveram propriedades naquele território mesmo após sua independência, o que garantia a produção pecuária para os estancieiros rio-grandenses. Mas reclamavam que os impostos exorbitantes que pagavam ao Império não eram investidos na província e sufocavam sua produção e seu comércio. E, principalmente, esses produtores de charque e gado tinham como principal mercado o brasileiro, mas estavam em desvantagem com relação aos concorrentes estrangeiros pelo câmbio e pelas vantagens tarifárias que esses últimos possuíam.

Isso porque o Império do Brasil tinha uma alta dependência das rendas alfandegárias, e segundo os dados apresentados por Almeida (2005, p. 186-187), os direitos de importação representavam a metade da receita do governo, enquanto os de exportação chegavam a 20% em meados do século XIX. Os orçamentos das províncias apoiavam-se principalmente nos “direitos de baldeação e reexportação, em direitos de saída e em dízimos e impostos sobre artigos diversos, segundo a especialização regional”, e as isenções ocorriam por conveniência ou por motivos políticos (ALMEIDA, 2005 p. 188). Assim, por receberem poucos recursos do governo central, as províncias acabavam por cobrar tarifas de exportação de seus produtos para outras partes do país, como no caso de São Pedro, em que o agravante era a falta de proteção contra os produtos concorrentes que eram importados dos países vizinhos.

Um dos principais representantes dos farroupilhas era o Coronel Bento Gonçalves. Ele foi o principal representante liberal da Província de São Pedro nos manifestos de 1831 que levaram à abdicação de D. Pedro I. Participou da primeira Campanha Cisplatina em 1811 e 1812, e da segunda de 1816 a 1821, quando foi nomeado capitão. Em 1824 foi nomeado tenente-coronel. Na Guerra da Cisplatina, participou das mais importantes batalhas, como a de Sarandi e a de Ituzaingó. E em 1829, recebeu seu mais importante título: D. Pedro I o nomeou Coronel de Estado-Maior. Nesses conflitos em que se envolveu, Bento Gonçalves adquiriu estâncias tanto no Uruguai quanto no Brasil, e era amigo pessoal de Lavalleja.

Os presidentes provinciais nomeados pelo Império assustavam-se com essas relações dos estancieiros gaúchos com os caudilhos republicanos da Banda Oriental. De modo que quando foi nomeado como Presidente da Província o baiano José Mariani, em 1833, o mesmo logo recebeu a denúncia de que Bento Gonçalves era um conspirador que pretendia a separação da Província. Com a denúncia, e demonstrando a influência que possuía no governo imperial, Gonçalves foi até a corte e se defendeu, conseguindo tirar Mariani da presidência de São Pedro e nomear um presidente para a província por ele indicado. Além disso, conquistou uma pensão pelos servi-

ços que havia prestado ao Império.

Em 1834 assumiu como Presidente da Província o também liberal Fernandes Braga, indicado por Gonçalves. Nesse período, já estavam exilados na província alguns uruguaios *blancos* contrários ao governo *colorado* uruguaio, como Lavalleja, amigo de Bento. Assim Fernandes Braga também denunciou essas relações dos “senhores da guerra da fronteira” com os exilados uruguaios, acusando-os de separatismo. Esse foi o estopim da Revolta Farrroupilha. Bento Gonçalves, Bento Manuel (que por três vezes trocou de lado ao longo da Guerra), e o General Netto, tão famosos na cultura gaúcha, lideraram a insurreição, que culminou na proclamação da República do Piratini em 11 de setembro de 1836. Segundo Flores (2010, p. 15), a República gaúcha chegou a ter “seis ministérios, serviço de correio, serviço de polícia, exército organizado, tribunal eclesiástico, seis tratados com o exterior, leis e decretos próprios publicados no jornal O Povo, espécie de órgão oficial do governo republicano”. O Império não reconheceu a separação, e uma guerra civil se instaurou na região por dez anos.

Do lado dos farrapos, estavam estancieiros e charqueadores, e também escravizados que acreditavam na promessa de que com a implantação da República seriam libertos. Mas havia na província também os charqueadores que mais preocupados com o andamento de seus negócios, migraram para o Uruguai logo nos primeiros meses do conflito, uma clara demonstração da fluidez dessa fronteira (VARGAS, 2013). De acordo com as estimativas apresentadas por Hartmann (2002, p. 79), os farrroupilhas mantinham um exército bem menor que o imperial, e conseguiam arcar com suas despesas através da venda de gado e charque para os países da Bacia do Prata, além dos investimentos de dirigentes e simpatizantes da revolução. Os farrapos tinham alta mobilidade por conhecerem bem o terreno, mas perdiam dos imperiais também na capacidade bélica.

Era fundamental ao Império vencer os farrapos, pois sabia-se que as ligações dessa província com os países platinos era uma séria ameaça à integridade territorial da última monarquia da região. A Província de São Pedro era fundamental tanto ao Império quanto aos demais países platinos. Enquanto independente, a República Rio-Grandense abria várias possibilidades de alianças: poderia unir-se a Entre Rios, Corrientes e Uruguai, para enfrentar Rosas em Buenos Aires; poderia unir-se apenas ao Uruguai, e assegurar a independência de Montevideu e do Paraguai contra a Confederação Argentina; e mesmo que não se unisse a outro país, serviria como mais um Estado-tampão a proteger a Argentina dos propósitos imperialistas brasileiros. “Visto sob qualquer ângulo, um Rio Grande do Sul independente significaria um Brasil mais fraco” (LEITMAN, 1979. p. 52). Por isso a

Guerra dos Farrapos foi um acontecimento bastante relevante para o decorrer dos conflitos uruguaios e para a Guerra Grande, já que a partir dessa revolta o apoio rio-grandense vinha não apenas de interesses e relações pessoais, mas de estratégia de guerra de uma nova república que lutava por sua independência.

Nesse sentido, as alianças ao longo dos conflitos foram alteradas diversas vezes, em lentos processos de construção de estratégias que nem sempre culminavam em posições claramente coerentes. Até 1839, ano da declaração de Guerra que marca o início da Guerra Grande, pode-se dizer que nesse complexo emaranhado de acertos, por linhas gerais os farroupilhas mantinham relações preferencialmente com *blancos* uruguaios e *federales* argentinos (GUAZZELLI, 2013). Enquanto isso, durante todo o período regencial, a política brasileira para o Prata foi defensiva, já que a fragilidade interna não permitia envolvimento nos conflitos externos. Então os conflitos entre Lavalleja e Rivera, assim como as políticas de Rosas, foram sendo acompanhadas de longe pela Regência. Mas após a coroação de D. Pedro II em 1841, o governo estava em melhores condições políticas e financeiras de acabar com a Revolta Farroupilha e envolver-se nos conflitos externos platinos.

Em 1843, Rivera já declarava abertamente seu apoio aos farroupilhas, que passaram a receber armas e cavalos de suas também aliadas províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. É neste contexto que, com medo da ameaça europeia e percebendo a aliança de Rivera com seus inimigos das províncias argentinas, Rosas foi buscar o apoio do Império e cobrar seu posicionamento no conflito. Quando o Império resolveu assinar um acordo, Rosas desistiu. Esse acordo que chegou a ser redigido, o Tratado de 24 de março de 1843, caracteriza-se por encobrir um jogo de disputa por poder que tentava colocar em acordo duas partes que possuíam objetivos bastante opostos, tanto com relação à navegação do Prata, quanto sobre o reconhecimento da independência do Paraguai e do Uruguai. Por isso Rosas concluiu que não deveria amarrar-se ao Império através desse Tratado, deixando claras, a partir de então, as suas intenções de ir contra os objetivos imperiais. E o Império precisava montar uma estratégia para lidar com a situação, já que tanto Rosas e Oribe, quanto Rivera, se apresentavam como seus inimigos, embora não aliados entre si.

A grande vantagem de Rosas no Uruguai naquele momento estava no cerco de Montevideú imposto por Oribe a Rivera, em 1843. O porto de Montevideú estava bloqueado por Rosas, impedindo que lá entrassem quaisquer mercadorias que pudessem contribuir com Rivera, como armas, munições, gado e carne. Essa situação era também prejudicial aos comér-

cios franceses e ingleses na região, que sem conseguir derrotar Rosas, acabaram por aceitar acordos de privilégios com o caudilho. Desse modo Rivera perdeu o acesso ao porto, assim como os farrapos que dependiam desse mesmo acesso, já que Rio Grande estivera na maior parte do tempo da guerra sob controle do Império. Com os conflitos entre Rosas e Oribe, de um lado, e Rivera do outro, o Império aproveitou para pacificar São Pedro do Rio Grande, antes que qualquer um dos lados vencesse os conflitos.

Nesse contexto, e mais ainda, desde 1842, acreditava-se que a Guerra dos Farrapos acabaria a qualquer momento, tanto pelos efeitos que o enfraquecimento de Rivera surtiu nos seus aliados farroupilhas, quanto porque as divisões internas da República prejudicavam suas estratégias de sobrevivência. Assim os farrapos iniciaram os processos de negociações com o Império, e em meio a isso deu-se o último combate armado da Guerra: o combate de Porongos, ocorrido em novembro de 1844. Esse combate resolveria duas questões: primeiro, a preocupação com o que se faria com os combatentes negros que foram libertos da escravidão para lutarem na guerra ao lado dos republicanos, já que o Império não aceitou a alforria. O problema foi atenuado com a morte cruel de grande parte desses combatentes. A segunda questão seria a própria derrota que deu à rebelião o golpe mortal (GUAZZELLI, 2013).

Garantindo a integridade do território, a Paz de Ponche Verde foi assinada em 1845. Fazendo concessões aos farroupilhas, em que a principal seria a introdução de um imposto de 25% sobre o charque importado, o governo imperial reintegrou o Rio Grande do Sul ao Brasil (CARVALHO, 2012). E então, na mesma declaração em que o comandante farroupilha David Canabarro comunicou às suas tropas o Tratado de Paz, já declarava apoio ao Império contra Rosas:

Um poder estranho ameaça à integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniqüidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os sentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil (SOARES, 1955, p. 101).

A partir de então, o Império teria de volta seus “senhores da guerra”, caso fosse necessária uma intervenção na Guerra Grande.

2.2 As califórnicas e a intervenção Imperial no Uruguai

Se, por um lado, a intervenção do Brasil na Guerra Grande seria possibilitada pelo fim da Guerra dos Farrapos (PICCOLO, 2008), por outro

lado seria justamente a interferência dos rio-grandenses naquele conflito que tornaria ainda mais urgente a ação imperial (BANDEIRA, 2012). Isso porque pacificada a província, os estancieiros buscaram retomar suas atividades econômicas, e para tanto recorreriam novamente às suas propriedades do outro lado da fronteira, na região que agora era de domínio dos *blancos* uruguaios. Com o sitio a Montevideu em 1843, o Uruguai estava dividido em dois governos: o governo sitiado da *Defensa*, liderado por Rivera, e o governo de *Cerrito*, que tinha Oribe como presidente. Oribe dominava o interior do Uruguai, na região de campanha, e uma das principais orientações de seu governo era estabelecer o princípio de autoridade e defender o território da campanha contra a penetração brasileira (DEVOTO; DEVOTO, 1971).

A escravidão foi abolida pelo governo da *Defensa* em 1842, e pelo de *Cerrito* em 1846, e por isso os proprietários rio-grandenses que estavam na região retornaram para o Brasil com seus escravos para assegurar suas propriedades. Em 1848, com o objetivo de garantir a produção de charque pelos saladeiros uruguaios, Oribe fechou a fronteira proibindo a passagem de tropas de gado para a Província de São Pedro, o que intensificou o conflito com os estancieiros brasileiros (VARGAS, 2013). Esses foram buscar no governo do Império uma defesa para suas propriedades, reivindicando uma intervenção militar naquela região. Além disso, *colorados* uruguaios se mantinham refugiados no lado brasileiro da fronteira após o domínio dos *blancos*. Segundo Vargas (2013, p. 307), enquanto as reclamações de saques e agressões eram feitas por proprietários menos prestigiados na região, o Império conseguia manter o controle do clima de insatisfação; mas quando famílias importantes dessa elite rio-grandense passaram a ser atacadas, “as retaliações tomaram proporções irreversíveis”.

Por conta própria, os estancieiros de São Pedro buscaram meios de apreender as reses e escravos que acreditavam que lhes era de direito, realizando incursões armadas no Uruguai. Esses movimentos ficaram conhecidos como “califórnia”, nomeados assim em referência à descoberta do ouro na Califórnia nos Estados Unidos em 1848, atraindo em torno de 300 mil pessoas para aquela região e levando ao enriquecimento súbito dos garimpeiros norte-americanos (FRANCO, 2006). As “califórnia” no Uruguai ocorreram entre 1849 e 1850, e participavam não apenas os rio-grandenses, como também os uruguaios e argentinos refugiados na Província. Entre março e abril de 1849, teriam passado seis tropas de cerca de 1.000 cabeças de gado cada, segundo denúncia do Coronel *blanco* Diego Lamas (FLORES, 2014).

Outra denúncia feita por Lamas, em novembro de 1849, envolvia

uma “atividade subversiva” em que se planejava um ataque ao território uruguaio, com participação de argentinos *unitarios*, uruguaios *colorados*, além dos brasileiros. A reclamação chegou ao conhecimento do Presidente da Província, que naquela época era o General Andréa. As denúncias geravam conflitos entre os militares rio-grandenses, pois enquanto uns eram mais combativos com relação aos californianos, outros pareciam condescendentes, na análise de Sérgio da Costa Franco (2006). Segundo Franco, as correspondências entre esses militares demonstram que alguns deles percebiam que a população apoiava os californianos, já que “a repercussão das alegadas perseguições sofridas no Uruguai oribista pelos fazendeiros brasileiros era bastante forte para gerar solidariedade popular aos movimentos de rebeldia” (2006, p. 24).

Um dos principais líderes das califórnicas foi Francisco Pedro de Abreu, também conhecido por Chico Pedro, Moringue e Barão de Jacuí, título esse que recebeu logo após o fim da Revolta Farroupilha. Chico Pedro lutou contra os farrapos, e foi o líder militar responsável pelo ataque de Porongos, no final daquele conflito. Após a Paz de Ponche Verde, dedicou-se à criação e ao comércio de gados, o que fazia mesmo durante a guerra. Possuía várias estâncias na fronteira, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio. Em outubro de 1849, já se fazia denúncias de que o Barão de Jacuí estaria organizando saques e transportes de gado, trazendo-os do território oriental para a Província de São Pedro, o que o governo de Oribe havia proibido (FRANCO, 2006).

Em dezembro daquele ano, o Barão de Jacuí se declarava como chefe dessas incursões, e o fez através da seguinte proclamação:

Brasileiros! – É tempo de correr às armas e despertar o le-targo em que jazeis. Uma série não interrompida de fatos horrorosos, que têm cometido esses selvagens invasores no Estado limítrofe para com nossos patrícios e propriedades, não vos são ocultos; e reconhecendo o vosso valor e patriotismo, o Chefe que firma vos convida a reunir-vos ao ponto marcado, e destarte salvarmos a Honra Nacional e as nossas propriedades extorquidas; e creio que não sereis indiferentes a este sagrado dever.

Brasileiros! Marchemos em socorro de nossos irmãos, ali mostraremos que somos dignos das bênçãos da Pátria.

Orientais! Vós que emigrastes para um país hospitaleiro, ajudai a libertar vossa pátria desses assassinos degoladores, que têm manchado a vossa história de Independência com atos os mais atrozes, que jamais foram vistos em todo o orbe; contai com a proteção do Deus das vitórias, e

se venceses a esse inimigo comum, a pátria vos será grata.
Viva a Nação Brasileira. Viva S.M.I. Viva a Constituição do
Império!

Quartel General em marcha, 26 de dezembro de 1849.

Francisco Pedro de Abreu, Comandante em chefe.

(Reproduzido por FRANCO, 2006, p. 29)

A partir de então, estavam declarados os ataques do Barão de Jacuí. O primeiro teria ocorrido em 02 de janeiro de 1850, em que segundo Diego Lamas, estavam reunidos 300 homens² quando atacaram seu acampamento em Salto, tendo roubado o que encontraram, assassinado um homem, e incendiado alguns ranchos. No dia 05 daquele mês, foi a vez do Coronel Lamas atacar a coluna do Barão, reunida em Catalan, que foi derrotada e dispersada. Em 08 de janeiro o Barão teria sido preso, mas libertado ilegalmente logo em seguida por um grupo de 30 homens. E então, o Barão se dedicaria ainda mais às “califórnicas” (FRANCO, 2006).

Apesar de as arriadas serem comuns nos conflitos de longa duração dessa região platina, essas “califórnicas” que ocorreram no contexto da Guerra Grande receberam mais atenção dos governos devido à frequência com que estavam ocorrendo nesse momento, à grande quantidade de gado a atravessar a fronteira e à participação do Barão de Jacuí (MENEGAT, 2015). Segundo a mesma autora, essas incursões eram distintas do recorrente contrabando da fronteira, pois ao não buscar o anonimato dos agentes, caracterizavam-se mais por expedições anunciadas. Por outro lado, se “a apropriação indevida de bens” em contexto de guerra é utilizada como “tática de enfraquecimento do exército inimigo, de atrativo de recrutamento e abastecimento de tropas”, as “califórnicas” de Chico Pedro eram distintas porque não faziam parte de um esforço militar do Império, sendo, portanto, ilegais (MENEGAT, 2015, p. 246). Mas mesmo assim elas foram consideradas como atos de guerra pelos *blancos* orientais, de forma a forçar o Império a impedi-las e a aumentar a hostilidade do Uruguai com o Brasil, ou até mesmo porque, simplesmente, os *blancos* não encontraram outra forma de considerá-las (MENEGAT, 2015).

Além disso, as relações políticas do Império com o Barão eram delicadas, tanto pelo prestígio de Abreu e sua capacidade de liderança, no sentido de recrutar soldados e arregimentar gado e cavalos, quanto na capacidade estrategista do mesmo, já que essas eram características importantes para um aliado caso houvesse necessidade de uma nova guerra, como os acontecimentos levavam a crer (tanto era assim que o Barão foi uma das

2 “[...] contrariado pelas fontes brasileiras que mencionam apenas 150 companheiros do Barão [...]” (FRANCO, 2006, p. 30).

peças fundamentais na posterior aliança de Urquiza com o Império) (MENEGAT, 2015). Por outro lado, ainda sob a sombra que a Farrroupilha deixou, havia o receio de que as “califórnicas” tivessem alguma intenção separatista (MENEGAT, 2015). Devido a isso, os militares brasileiros, seguindo as ordens do Presidente da Província, repassavam informações para autoridades oribistas no Uruguai sobre os movimentos de Chico Pedro, visando tentar acabar com esse movimento, que já reunia mais de 400 homens (FRANCO, 2006).

Em março de 1850, no relatório que escreveu a seu sucessor no cargo, o Presidente da Província General Andréa explicava as razões de o Barão de Jacuí ter realizado as incursões no país vizinho, baseando-se nos prejuízos que os brasileiros vinham sofrendo devido às ações de Oribe e dos *blancos*, e principalmente, tirando a culpa do Barão ao dizer que o mesmo estava sendo “instrumento de loucuras alheias” (FRANCO, 2006, p. 57). Sabe-se que Andrea já vinha se comunicando com Chico Pedro, tentando convencê-lo a depor as armas, mas isso só ocorreu sob mediação do Presidente sucessor, Pimenta Bueno, em 7 de maio de 1850. Era o fim das “califórnicas”.

A pressão pela ação do Império exercida pela elite sul-rio-grandense se dava também através dos deputados da Província, e ficou ainda mais forte em 1851. Um deles, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, chegou inclusive a comprar um carregamento de rifles e enviar para a fronteira naquele ano (VARGAS, 2013). Ao final de 1850, o Império já havia cortado relações com Rosas, e os europeus haviam abandonado o palco de guerra platino. Fracassados esses últimos na tentativa de derrubar Rosas e os bloqueios e controles pretendidos pelo caudilho, essa tarefa recaía sobre o Brasil. Quando a França saiu do conflito, deixou Montevideú ainda mais vulnerável, já que com sua saída foi reduzindo também os subsídios que fornecia à cidade sitiada para resistir às incursões de Oribe e Rosas.

Para suprir a redução dos subsídios franceses ao Uruguai, o Império passou a apoiar militar e financeiramente Montevideú, e posteriormente Urquiza. O apoio financeiro se deu através de Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, e depois Visconde de Mauá, que substituiu o subsídio francês àquela cidade, a partir de 1850. No dia 6 de setembro daquele ano, acordou-se secretamente entre o Império, o governo da *Defensa* e Mauá, que seriam fornecidos mensalmente a Montevideú um auxílio de 18 mil pesos fortes mensais, por treze meses, com juros de 6% e garantias nas receitas fiscais da República Oriental, quando se restabelecesse a ordem (ALMEIDA, 2005, p. 200). Ainda em 1850, quando a França reduziu novamente o aporte, que de 28 mil pesos mensais passaram a 24, o Império assumiu novamente suprir essa redução através do contrato de 01 de dezembro

de 1850 (SOUZA, 2013). Finalmente o Império iniciava a interferência na Guerra Grande, tão esperada pelos caudilhos da Província de São Pedro.

2.3 Os *Brummer*: mercenários imperiais na Guerra Grande

Em 1850, o maior receio do Império era que Rosas conseguisse controlar o Uruguai através de Oribe, e por isso os *colorados* uruguaios acabaram se tornando seus aliados. As atividades diplomáticas imperiais eram reunir aliados e preparar a guerra. Para tanto, o Brasil ratificou o reconhecimento da independência do Paraguai, através do Tratado de Aliança Defensiva de 25 de dezembro de 1850, em que acordavam os dois países defenderem-se mutuamente de ataques argentinos ou uruguaios, e defender também a livre navegação no Rio Paraná. Em 29 de maio de 1851, outro Tratado de Aliança defensiva e ofensiva, tinha como signatários o Império do Brasil, Uruguai, Corrientes e Entre Ríos, em que o principal líder argentino era Justo José de Urquiza.

Em 18 de agosto de 1851 Rosas declarou guerra ao Império. Mas as alianças de Rosas já vinham se desfazendo, e seu poder passava por um processo de corrosão. Um dos principais aliados a desertar foi Urquiza, que passando ao lado Imperial mudava consideravelmente a correlação de forças da Guerra Grande. Oribe teria percebido que o projeto de Rosas estava sendo minado, e procurou acordo para reunificação do governo uruguaio. Em 8 de outubro de 1851 encerrava o sítio a Montevideú, afirmando-se que *“entre todas las diferentes opiniones en que han estado divididos los Orientales, no habrá vencidos ni vencedores; pues todos deben reunirse bajo el estandarte nacional, para el bien de la patria y para defender sus leyes e independencia”* (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 106).

Com o acordo de paz no Uruguai, o próximo passo do Império do Brasil era a derrubada de Rosas. No contexto de preparação de guerra pelo Império, foi necessária a organização de seu exército. Os que eram antes inimigos, os líderes farroupilhas, a partir de então seriam alguns dos principais líderes militares na Guerra Grande. Mas o exército brasileiro naquele momento estava passando por um processo de profundas reformas, iniciadas com as mudanças na lei de promoção em 1850, que pautada sobre “rigorosos requisitos de antiguidade bem como prêmios por instrução”, abolia o sistema aristocrático e abria “o exército ao talento” (SCHULZ, 1994, p. 24). Como o Império não dependeu de uma extenuante guerra com sua ex-metrópole para afirmar sua independência, a continuidade dos aparatos estatais criados pelos portugueses no Brasil, através da permanência da mesma dinastia no governo, gerou um problema ao Império desde seu nascimento: como manter um exército que foi formado para defender um

Reino Português?

Com a maior estabilidade política no Império nos anos 1850, as reformas no Exército puderam ser mais fecundas. Entretanto, tentativas paliativas de solução a esse problema vinham ocorrendo desde 1822. Segundo Cunha (2006), o Império teria iniciado a contratação de mercenários já em 1823, através da ordem imperial de 08 de janeiro daquele ano. Segundo Gustavo Barroso (1938, p. 44), “o mercenário era, então, comuníssimo em qualquer país”, e o Império precisava não apenas aumentar seu contingente militar, mas também ocupar as regiões de fronteira do território. Outras contratações foram realizadas, como para a Guerra da Cisplatina ou a Revolta dos Cabanos no Pará, mas em geral não eram ações muito bem-sucedidas. Para a Guerra contra Rosas, o governo imperial decidiu contratar mercenários no território alemão, além de comprar equipamentos bélicos.

Foi encarregado para a contratação o deputado pernambucano Sebastião do Rego Barros, que partiu para Hamburgo no final de 1850. Lá ele teria aberto um escritório de agenciamento, com a permissão do Senado da Cidade Hanseática (WERLANG, 2005). A organização militar que Barros traria para o Brasil já estava formada desde 1848 com o intuito de defender o ducado de Schleswig e o condado de Holstein contra a Dinamarca, mas que após o fim dessa guerra em janeiro de 1851, havia sido dissolvida (WEIZENMANN, 2015). Foram entre 1.700 e 1.800 homens que desembarcaram no Brasil entre 1851 e 1852, que ficaram conhecidos como *Brummer*. “A Legião era constituída de um Batalhão de Infantaria, um Grupo de Artilharia e duas Companhias de Sapadores, com armamento e equipamento respectivos” (BENTO, 2013, p. 4). Cada legionário receberia, ao final de quatro anos, 22,5 braças quadradas de terras, ou a passagem de volta para a Europa e mais um prêmio em dinheiro. Manteve-se o idioma alemão como o oficial de comando, o regime disciplinar prussiano e o uniforme das tropas de Schleswig-Holstein (BENTO, 2013). Além da contratação dos mercenários, foram comprados cerca de 200 fuzis Dreyse (equipamento bastante evoluído na Europa), cerca de 12 canhões Prussianos, duas equipagens de pontes com pontões Birago e 40 carretas austríacas de 4 rodas, para tração cavalariça ou muar (BENTO, 2013).

Segundo Werlang (2005), Rosas chegou a saber da contratação de mercenários pelo Brasil. Um cônsul argentino, chamado Bahre, tentou denunciar as propagandas feitas pelo enviado brasileiro para contratações, mas como este tinha autorização do Senado de Hamburgo para isso, Bahre não obteve sucesso. Posteriormente, Rosas teria enviado a Hamburgo um oficial da marinha para também contratar mercenários, mas não teria conseguido. Seus agentes chegaram a tentar convencer os mercenários que

iriam para o Brasil a desistir (WERLANG, 2005). Nas biografias dos mercenários da Guerra Grande publicadas no livro “Memórias de *Brummer*”, dentre todas as provações e sofrimentos que passaram esses homens, alguns pontos específicos chamam atenção nesses textos. Um deles, se refere às ditas tentativas de vender parte da legião à Rosas. Outro é quando um dos *Brummer* comenta que no território alemão de onde veio não se aceitava que esses soldados saíssem de lá para defender justamente um governo monárquico, enquanto do outro lado estava um governo republicano (que seria o de Rosas), que naquele contexto, parecia ser muito mais digno de ser defendido (LENZ; SCHÄFER; SCHNACK, 1997).

Em 08 de agosto de 1851 o Batalhão de Infantaria dos mercenários foi reunido em Pelotas, onde permaneceram por cerca de três meses, quando partiram para Montevideú. Em Pelotas já começaram as deserções, que resultavam em perseguições da Guarda Nacional, reação dos desertores, e mortes. Apesar de terem percorrido os trajetos planejados, os mercenários não chegaram a batalhar na Guerra Grande. A volta de Montevideú oportunizou mais deserções, e dos que chegaram com o batalhão em São Pedro, alguns migraram para Rio Pardo, e outros para São Leopoldo (WERLANG, 2005). Os princípios germânicos que traziam consigo facilitou sua penetração nas colônias alemãs da província, de modo que alguns chegaram a exercer papel político de destaque em São Pedro, como Carlos von Koseritz, que chegou a ser deputado provincial.

Quanto a Guerra Grande, em novembro de 1851, após os primeiros empréstimos disponibilizados pelo Império através de Mauá ao Uruguai, foi realizado o convênio de 21 de novembro de 1851, em que o Império acordou fornecer 100 mil patacoes, por dez meses, a juros de 6%, para o general Urquiza, representante de Entre Ríos e Corrientes, visando não a guerra contra a Confederação Argentina, e sim a queda de Rosas. Essa dívida estaria garantida pela hipoteca das rendas e terrenos de propriedades públicas da Confederação (SOUZA, 2013). Além disso, seriam fornecidos pelo Império quatro mil homens com armamentos e munições de guerra além de dezessete navios (SOUZA, 2013). Aliava-se a Urquiza e seu exército de Entre Ríos e ao Império, as tropas de Corrientes e os colorados uruguaios. Essas alianças lideradas pelo Brasil foram fundamentais para derrotar Rosas na Batalha de Monte Caseros, em 03 de fevereiro de 1852.

2.4 O fim da Guerra Grande e os Tratados de 1851

A batalha de Monte Caseros e a conseqüente queda de Rosas, segundo Puiggrós (2006), representou a solução final de uma guerra entre províncias, e ainda que não tenha encerrado a luta pelo porto único na Bacia

Platina, colocou o problema em vias de solução. Isso porque após a batalha final, Urquiza conseguiu colocar um aliado seu no governo de Buenos Aires e organizar o que ficou conhecido como o “Acordo de San Nicolás”, firmado em 31 de maio de 1852 e ratificado pelas províncias argentinas, exceto Buenos Aires. A Constituição impunha a Buenos Aires a nacionalização da renda aduaneira de seu porto, e tornava-a a capital da Confederação. Buenos Aires não aceitou o acordo, e se separou da Confederação Argentina na Revolta de 11 de setembro de 1852, gerando dois Estados: a Confederação Argentina, com sede em Santa Fé, e o Estado de Buenos Aires, não reconhecido pela Confederação.

Com a divisão do país vizinho, apenas o Império do Brasil saiu consolidado enquanto Estado da região após a Guerra Grande e a derrocada de Rosas. O Uruguai tornou-se um “mero protetorado do Brasil”: aproximadamente 30% de seu território pertencia a brasileiros, a renda nacional ficou reduzida no fim da Guerra a 10% do que era antes, e a dívida externa chegou a 26 milhões de pesos, com os recursos públicos hipotecados (BANDEIRA, 2012, p. 147 e 148). Parte dessa dívida uruguaia era com o Império e Mauá. Esses empréstimos foram tomados ao longo da Guerra Grande e reconhecidos através de um dos cinco Tratados 12 de outubro de 1851.

Em meados de 1851, quando a França decidiu cessar a intervenção na Bacia do Prata, e conseqüentemente o subsídio que fornecia ao Uruguai, este país (que já recebia recursos brasileiros) pediu ao Império não apenas que complementasse o que fornecia a França, como que superasse aquele valor: pedia 60 mil patacões mensais por um ano, e um crédito imediato de 138 mil patacões. O Império aceitou, através do Tratado de Subsídios, assinado no contexto dos Tratados de 12 de outubro. O Império do Brasil forneceria um valor mensal ao Uruguai “por tanto tempo quanto o governo de Sua Magestade (sic) o Imperador julgar conveniente” (TRATADO, 1851), cobrando juros de 6% ao ano pelos empréstimos, enquanto em contrapartida o Uruguai reconhecia a dívida contraída com o Brasil durante os anos anteriores, que já alcançava 288.791 pesos fortes (SOUZA, 2013).

Diante da fragilidade uruguaia, essa convenção e os outros quatro tratados de 12 de outubro consolidaram a dependência do Uruguai ao capital brasileiro. Nesses tratados, também se acordou que o Império do Brasil estaria comprometido a intervir no Uruguai em caso de conflitos internos. Garantiu-se a livre navegação no rio Uruguai e seus afluentes, e ambos os países concordaram em não dar asilo a criminosos, prestando-se à extração recíproca. Além disso, o Uruguai, já tendo abolido a escravidão para integrar a população negra em seus exércitos, se comprometia a devolver ao Brasil seus escravos fugidos. E o Tratado de Limites definia, finalmente,

os limites dos dois países, dando ao Brasil a posse exclusiva da navegação da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão (MESSIAS, 2015).

Esses três últimos tratados, de comércio e navegação, de extradição, e de limites, foram os que mais interessaram à Província de São Pedro do Rio Grande. No Tratado de Comércio e Navegação, por exemplo, garantia-se que os uruguaios no Brasil e os brasileiros no Uruguai estariam isentos de serviço militar, assim como de empréstimos e impostos de guerra; e caso fosse retirada alguma propriedade deles (o que só deveria ocorrer em situação de extrema necessidade por parte do Estado), esses bens deveriam ser devidamente indenizados. Como havia muitos brasileiros no Uruguai, este país não só perdia contingente como contava com uma ameaça em seu próprio território (ZABIELA, 2002).

No caso do Tratado de Extradicação de Criminosos e Devolução de Escravos, a soberania do Uruguai foi fortemente atacada, demonstrando a fraqueza de seu Estado naquele momento. Isso porque ao ter abolido a escravidão, os escravizados no Brasil que atravessassem a fronteira deveriam ser livres. Mas contra sua própria lei, o Uruguai deveria comprometer-se a devolvê-los ao Império (ZABIELA, 2002). E no caso do Tratado de Limites, o Império anulou todos os tratados coloniais que definiam a fronteira na região, utilizando como demarcação as posses efetivas na época da independência, garantindo a expansão luso-brasileira. Além disso, garantiu com ele o direito de exclusividade sobre a navegação da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

Em tese defendida em 2013, Jonas Vargas argumenta como a guerra se constituiu em um recurso econômico para os charqueadores pelotenses. Porém, mais do que os pelotenses, essa lógica pode ser percebida também aos demais charqueadores e estancieiros sul-rio-grandenses, ao Império brasileiro, e mesmo ao Barão de Mauá, já que todos esses saíram ganhando com o processo e o fim da Guerra Grande. Antes da Guerra Grande, a produção de charque da Província de São Pedro já sofria com a concorrência uruguaia. Primeiro porque seu custo era maior, já que suas terras eram menos férteis que as uruguaias, e o Império não lhe garantia proteção fiscal. Além disso, a tributação que os uruguaios pagavam era menor e seu transporte tinha custo mais baixo. Segundo Zabiela (2002), essa política do Império brasileiro que acabava por favorecer o Uruguai, visava fornecer alimento mais barato para escravos dos grandes escravocratas nordestinos.

Os Tratados de 1851 reverteram essa situação em favor dos sul-rio-grandenses, na medida em que cláusulas desses tratados garantiam “a proibição do confisco de terras, a tarifa de 25% sobre o charque uruguaio (*tasajo*) importado pelos portos brasileiros e a livre passagem do gado uru-

guaio para o território rio-grandense” (VARGAS, 2013, p. 312). No caso de Pelotas, é bastante claro o crescimento econômico ocorrido após esses Tratados com o Uruguai, justamente pelos perversos efeitos que causaram na economia uruguaia:

Dos 37 saladeros que existiam no Uruguai em 1842, somente 3 ou 4 continuaram funcionando normalmente no início dos anos 1850. Além disso, a falta de bovinos, decorrente da longa guerra, era um dos principais fatores da crise uruguaia. As mais de 6 milhões de cabeças de gado existentes no país em 1843 caíram para pouco menos de 1.900.000, dos quais 1/3 permanecia em estado selvagem. Depois dos tratados, as vendas de charque uruguaio despencaram de 618.926 arrobas para 126.062 arrobas, em 1854-55. Ou seja, neste curto período, as charqueadas pelotenses enfrentaram uma baixa concorrência. A escassez do charque no mercado brasileiro fez os preços do produto aumentarem bastante, favorecendo os pelotenses (VARGAS, 2013, p. 312)

A hegemonia brasileira foi se consolidando nos anos 1850 após a Guerra Grande, e a consequência para o Uruguai foi tornar-se uma “Nova Cisplatina” (ZABIELA, 2002). E assim a região ainda não encontraria a paz, ainda mais com a revolta que esses Tratados com o Brasil causaram no Uruguai. Ainda na década de 1850 o Império interveio novamente através de força militar na política uruguaia, e em 1863 os Tratados de 1851 eram queimados em praça pública em Montevideu a mando do Presidente Aguirre. Assim, o Uruguai seria novamente o pretexto para um novo conflito regional: a Guerra do Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quatro aspectos levantados neste trabalho que relacionam a Guerra Grande à província brasileira são na verdade apenas instrumentos de análise, no sentido de que assim como os demais conflitos platinos, inúmeras são as influências recíprocas que ocorrem nessa fronteira meridional do Império do Brasil. O destaque para a Farroupilha, as Califórnicas, os *Brummer* e os Tratados de 1851, por serem assuntos profundamente mais trabalhados na historiografia brasileira, e especificamente a gaúcha, do que a própria Guerra Grande, viabiliza a assimilação do contexto em que se deu esse conflito.

A Revolta Farroupilha, como a principal revolta separatista ocorrida

no Império, fez parte da construção dos Estados platinos, na medida em que dela mesma decorreu um outro Estado, o Piratini. As consequências dessa separação se deram também nos países vizinhos, que viram nesse contexto a oportunidade de enfraquecimento do Império. Já as “califórnicas” do Chico Pedro demonstram a continuidade tanto da disputa secular por terras e gado nessa fronteira, quanto o papel fundamental que os caudilhos gaúchos, enquanto também chefes militares do Império, desempenharam nesses conflitos. Os *Brummer* aparecem mais nos estudos de imigração ou de história militar, e acabaram por desempenhar em alguns casos papéis políticos proeminentes, enquanto os Tratados de 1851 são bastante trabalhados nos estudos sobre a Diplomacia brasileira, por terem atestado uma forte subordinação do Estado uruguaio aos interesses brasileiros, e especificamente, gaúchos.

A Guerra Grande foi um importante conflito na região platina, e sua compreensão é bastante difícil quando não se tem em vista as complexidades das fronteiras dessa região, e a importância geopolítica dos rios da Bacia. Deste modo, pode-se depreender deste trabalho que as relações econômicas, políticas, ideológicas e pessoais que atravessavam a fronteira interferiam nas dinâmicas desses conflitos. E, considerando a noção de espaço como instância social que utilizamos para essa análise, a Guerra Grande é um conflito que herdou vários aspectos do processo histórico da região, assim como interferiria nos processos posteriores. Seu fim marca o início do que se considera a hegemonia brasileira na região platina, que teria ocorrido até o fim da Guerra do Paraguai.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Brasília: Funag, 2005.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. (Série 5, Brasiliana, v. 49, Biblioteca Pedagógica Brasileira). Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-militar-do-brasil>>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- BENTO, Cel Cláudio Moreira. *Brummer: os primeiros pontoneiros do Exér-*

- cito Brasileiro. *O Tuiuti*, Porto Alegre, p. 3-15, ago. 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva/ Fundação Mapfre, 2012.
- CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.) *História Geral do Rio Grande do Sul*: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. (2.v.)
- DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *La Guerra Grande (1839-1851)*. Montevideo: Editorial Medina, 1971.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. Disponível em: <ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0481-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.
- FLORES, Moacyr. Rio Grande do Sul: Guerras e Conflitos. In: Memorial do Rio Grande do Sul. *Caderno de História*, n.38, 2010. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *As "Califórnicas" de Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.
- HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LENZ, Cristóvão; SCHÄFER, Henrique; SCHNACK, Jorge Júlio. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.
- MENEGAT, Carla. *"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865)*. 2015. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MESSIAS, Talita Alves de. *Guerra e dívida: Os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil*. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional,

- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/Talita_Alves_De_Messias_.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.
- PADOIN, Maria Medianeira. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do Estado imperial e da nação. In: BOEIRA, Nelson; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Império*. São Paulo: Méritos Ed., 2006.
- PADRÓS, Enrique Serra. A “Pax Britânica” e a independência do Uruguai: Estado-Tampão e balcanização do espaço platino. *Anos 90, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 4, n. 5, p. 107-135, jul. 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/604/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A organização do espaço fronteiriço e os limites políticos entre Brasil e Uruguay. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 161, n. 404, p. 131-142, abr./jun. 2000.
- _____. O Rio Grande do Sul e a Política Imperial na Região Platina. – 1849-1852. A Campanha contra Oribe e Rosas. In: AXT, Gunter. *A Guerra dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- _____. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991. (Síntese rio-grandense).
- PUIGGRÓS, Rodolfo. *Historia Económica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Rectoria Ediciones; Altamira, 2006.
- SANTOS, Milton. O Espaço como Instância Social. In: SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda., 1955.
- SOUZA, Joanna Santos de. *A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)*. 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- TRATADO de Subsídio entre o Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil; e a República Oriental do Uruguay, assinado no Rio de Janeiro em 12 de Outubro de 1851, e ratificado por parte do Brasil em 13 de mesmo mez, e pela

referida Republica em 4 de Novembro do dito anno. Rio de Janeiro, 12 out. 1851. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1851/b_30/>. Acesso em: 15 mar. 2017.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. 2013. 505 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

WERLANG, William. *Família Berger*. Agudo: Editora Werlang, 2005.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.